

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 19/2018

Sessão Extraordinária de 26 de Outubro de 2018

Aos vinte e seis dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----**Lista de Presenças:**-----

24 Deputados Municipais do PS- Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes (em substituição de Hermes Luis de Brito Alberto), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Vítor Cristiano da Piedade Ferreira), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Eduardo Manuel Graça Amador (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Luis Manuel Amélio Pinguinha (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S.Sebastião);-----

9 Deputados Municipais do PSD- Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Sêrgia Maria Vicente Coelho Medeiros, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Miriam do Amaral Correia, Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa (em substituição de Ricardo Manuel Casanova Lampreia), Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal Independente - Fernando Domingos dos Santos;-----

1 Deputado Municipal do CDS - António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE - Rogério Rochinha Jesus Ferreira (em substituição de Carlos José da Silva Martins);-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara e os Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, José Graça e Horácio Piedade.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os **Deputados Municipais do PS**, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, Hermes Luis de Brito Alberto, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes.-----

O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador.-----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha.-----

O **Deputado Municipal do PSD**, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa.-----

O **Deputado Municipal do BE**, Carlos José da Silva Martins, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Rogério Rochinha Jesus Ferreira.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1- *Intervenção do Público;*-----
- 2- *Aprovação de Atas;*-----
- 3- *Informação sobre Expediente e Requerimentos;*-----
- 4- *Período de Antes da Ordem do Dia;*-----
- 5- *Moções;*-----
- 6- *Período da Ordem do Dia;*-----

a)- Proposta 59/2018- Deliberação relativa à Aquisição de oito lotes de terreno para Construção Urbana, nomeadamente os lotes 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, inseridos no loteamento denominado "Loteamento Clona", pelo valor de €1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros), nos termos do disposto conjugadamente na alínea i) do n.º 1 do art.º 25 e da ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1731-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

b)- Proposta 55/2018- Deliberação relativa a Prestação de Serviços para a Revisão Legal de Contas no âmbito da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro - Nomeação do Auditor Externo para os anos de 2018 a 2021, tendo em consideração o estabelecido no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1387-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

c)- Proposta 58/2018- Deliberação relativa à 1.ª Alteração ao Plano de Urbanização de Vilamoura - 2.ª Fase (PUV) - Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Plano, nos termos do n.º1 do art.º 90.º conjugado com o n.º1 do art.º 119.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1522-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- Proposta 63/2018- Deliberação relativa à 2.ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor n.º 1 de Almancil - Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Plano, nos termos do n.º1 do art.º 90.º conjugado com o n.º1 do art.º 119.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1714-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Apreciação da Informação relativa ao Início do Procedimento para a 1.ª Alteração ao Regulamento do Plano Pormenor na modalidade específica de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Plano de Intervenção no Espaço Rural do Parque de Campismo de Quarteira (PIERPCQ); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1470-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Apreciação da Informação relativa à Solicitação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve da marcação de uma Reunião Preparatória para a Constituição da Comissão Consultiva para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1523-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- Proposta 64/2018- Deliberação relativa à Eleição de 1 Representante da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM), conforme previsto no art.º 7.º, alínea d) da Portaria n.º 277/2015, de 10 de Setembro; [Proposta da Assembleia Municipal];-----

h)- Proposta 60/2018- Deliberação relativa à Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal INFRALOBO - Empresa de Infraestruturas de Vale do Lobo, E.M., nos termos previstos no art.º 22.º-A da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 69/2015 de 16 de Julho; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1736-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

i)- Proposta 61/2018- Deliberação relativa à Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal INFRAMOURA - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M., nos termos previstos no art.º 22.º-A da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 69/2015 de 16 de Julho; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1737-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

j)- Proposta 62/2018- Deliberação relativa à Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal INFRAQUINTA - Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago, E.M., nos termos previstos no art.º 22.º-A da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 69/2015 de 16 de Julho; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1738-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Foram iniciados os trabalhos;-----



AP

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1-Intervenção do Público;-----

Pediu a palavra a cidadã **Maria Helena Baião**, que começou por questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se o Grupo Vila Galé adquiriu um lote de terreno, em Vilamoura, muito perto do Passeio das Dunas, onde pretenderá fazer cerca de 7 blocos, cuja construção ainda não foi iniciada, mas cuja comercialização já está anunciado, e o que pretendia saber exatamente, é como é que se consegue, a ser verdade esta situação, uma licença de construção a menos de 50 metros da praia? Quando por todo o Algarve, tem sido uma grande revolta das populações que vivem nas ilhas barreiras, e que têm visto as suas casas demolidas, por causa da distância em relação ao mar, pelo que questionou o Executivo sobre a veracidade desta situação em Vilamoura, porque a ser verdade, o Passeio das Dunas irá tornar-se no jardim do Vila Galé.-----

Não havendo mais inscrições por parte do público, foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, para responder a esta questão, dizendo que relativamente ao Grupo Vila Galé, não tem conhecimento desta situação, tem conhecimento de que está na Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal, um processo de licenciamento de apartamentos turísticos, num dos lotes de um loteamento, já bastante antigo, que fica na sequência da Quinta do Romão, a norte da Vaia Real, disse também que é um processo que ainda não está aprovado, e está a ser apreciado, mas a verdade é que existe ali um alvará de loteamento, válido, reconhecido pelo PROTAL, e por todas as Entidades, como válido, e obviamente que a CML também se preocupa com esta matéria e todas as cautelas que se puder ter para salvaguardar estas questões, serão sempre colocadas nos processos de licenciamento.-----

Terminados todos os esclarecimentos às questões levantadas pelo público, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu continuidade aos trabalhos, passando ao ponto seguinte:-----

2- Aprovação de Atas;-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, referiu existirem 3 Atas para aprovação.-- Relembrou, que apenas votam, os Senhores Deputados que estiveram presentes nas respetivas Sessões.-----

A Ata n.º 7/2018 (Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2018), foi aprovada por unanimidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

A Ata n.º 8/2018 (Sessão Extraordinária de 14 de Maio de 2018), foi aprovada por unanimidade.-----

A Ata n.º 9/2018 (Continuação da Sessão Extraordinária, realizada a 15 de Maio de 2018), foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

3- Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

Foi feita uma referência pelo Senhor **Presidente da Assembleia**, que decorreu no passado dia 24 de Outubro, uma Sessão da Assembleia Intermunicipal, onde alguns dos Senhores Deputados estiveram presentes, e que foi uma reunião com características diferentes das habituais, porque um dos assuntos que tinha que ser tratado era a aprovação do Mapa de Pessoal a incluir o Grupo de Sapadores Florestais, que passa a ser coordenado a nível da AMAL, e que vão ter as suas instalações em Silves, e para além deste assunto, houve uma série de outros, nomeadamente de projetos, o do Plano de Transportes, onde a AMAL passar a ser a partir de 2020, a Autoridade Regional de Transportes, que coordenará a parte dos Transportes Intermunicipais, também sobre o "Algarve Investe", que é um conjunto de medidas para atrair o investimento para a região, onde se inclui, nomeadamente, a questão dos vários parques empresariais que cada Município tem, e o tema que teve mais intervenções foi o da Taxa Turística, em que há um acordo entre os Presidentes de Câmara, mas que depois terá que seguir os trâmites que a lei prevê, particularmente, ir a cada uma das Assembleias Municipais. Houve ainda a análise de outros temas, cuja apresentação feita na Sessão, em powerpoint, foi remetida hoje aos Senhores Deputados Municipais.---

Pediu a palavra a Senhora **Deputada Helena Baptista (PS)**, que sobre a Sessão da Assembleia Intermunicipal, em que também esteve presente, quis acrescentar mais dois tópicos que não foram referidos pelo Senhor Presidente da Assembleia, como a Central de Compras, utilizada apenas por alguns Municípios e que merecia ser mais divulgada, e o outro tópico foi o das alterações climáticas, com a apresentação de um excelente trabalho científico com recolha de informação, com os exemplos da Praia de Quarteira e da Praia de Faro.-----

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte:-----

4- Período de Antes da Ordem do Dia;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que começou a sua intervenção dizendo que via com esperança, e alegria, que o Município de Albufeira, tenha decidido isentar em 2017, 2018 e 2019, as licenças de ocupação de via pública, para estabelecimentos comerciais, restauração e bebidas, de forma a poder dinamizar o comércio durante a época baixa e de manter os estabelecimentos abertos nesta época, e como forma de incentivo, a Câmara de Albufeira tomou estas medidas, e neste sentido, pediu ao Senhor Presidente da Câmara de Loulé, que refletisse sobre este exemplo, porque na realidade o nosso Município também depende muito do Turismo, como o de Albufeira, e na altura entre Novembro e Fevereiro, época baixa, os estabelecimentos comerciais acabam por fechar, porque não têm muita clientela, e este tipo de medida, poderia ser vista como um motivo de atração para o Município, se conseguíssemos manter os estabelecimentos abertos, criando este incentivo, de isentar durante este período, as licenças de ocupação de via pública, de forma a poder ajudar os empresários da restauração que se vêm muitas vezes em dificuldades para pagarem licenças extensivas, muito onerosas, nesta época.-----

Falou também sobre a LUSORT, e do facto de ser arbitrária da forma como gere certas coisas, nomeadamente, na instalação de Deck's, pois são várias as queixas que têm sido apresentadas ao Grupo Municipal do PSD, pois de acordo com as queixas, parece que privilegia uns estabelecimentos em detrimento de outros, pelo que, pediu que a INFRAMOURA pudesse determinar, qual a taxa de ocupação, quais são os cálculos que efetua, para que se possa determinar qual é o espaço que é ocupado e pelo qual cobra dinheiro aos proprietários dos estabelecimentos de restauração e bebidas, da zona de Vilamoura, para que se possa esclarecer e clarificar bem esta situação, que está a ser bastante lesiva para grande parte dos comerciantes desta zona.-----

De seguida usou da palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que teve conhecimento de um pedido, via email, para a realização de uma Sessão Extraordinária Temática, a pedido do PSD, sobre a Taxa de Ocupação Turística, o que o deixou bastante surpreendido, e leva a tecer algumas considerações sobre o assunto, e começou por dizer que sempre defendeu o fator fiscal, a fiscalidade, como instrumento de desenvolvimento concelhio, e como empresário, custou-lhe ver uma posição do PSD, a ir a reboque da posição do PCP, sobretudo porque se trata de uma posição sem fundamento, e que inclusive, os Presidentes de Câmara PSD, em sede da AMAL, votaram favoravelmente a implementação desta Taxa, e como tal, vê nesta posição do PSD, um oportunismo político, de se encontrar aqui uma arma de arremesso político, relativamente ao Executivo Camarário, e nesta matéria, disse que temos que ser muito razoáveis, objetivos, e refletir bem, e ver o interesse comum, o interesse dos cidadãos, do Município, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

a relevância que o nosso Concelho tem nessa matéria, e referiu que no seu entender, é perfeitamente favorável à aplicação desta Taxa Turística, porque é uma medida de elementar justiça, e fator de desenvolvimento e de coesão, porque atualmente já todas as grandes cidades aplicam esta Taxa, e cá em Portugal já se aplica a Taxa Turística, dando o exemplo de Porto, Gaia, Lisboa, Cascais, Sintra, etc., porque a grande perspetiva, é que esta Taxa deve ser aplicada em territórios que tenham grande expressão turística, porque esses Municípios têm mais custos com o turismo, ao criarem melhores infraestruturas de apoio ao turismo, e considera que o que se debater, é a forma de aplicar os Fundos da Taxa Turística, e não contestar a Taxa pela sua existência, porque esta pode ser um instrumento de redistribuição de benefícios económicos no turismo, e é nessa perspetiva que devemos utilizá-la, como um instrumento de política económica regional, e pediu ao PSD para refletir melhor sobre o assunto, porque é uma matéria demasiado importante para o nosso território.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que sobre a intervenção do Senhor Deputado Calçada Correia (PS), disse que também gostaria que houvesse um debate político sobre a redistribuição dos Fundos da Taxa Turística e que subscrevia tudo o que tinha sido dito pelo Deputado Socialista.-----

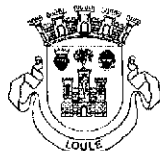
Falou de seguida sobre a questão do Centro de Saúde de Quarteira e das melhorias, na resolução de alguns problemas, que se verificaram, após a visita do Senhor Presidente da Câmara àquelas instalações o que confirma que de facto vale a pena o Bloco de Esquerda insistir sobre certos assuntos.-----

Sobre a obra da Avenida Sá Carneiro, onde existia aquele edifício que felizmente já foi abaixo, disse que gostaria de saber se aquele Stand que foi construído em alvenaria, no meio da estrada, ocupando a estrada, se tal foi autorizado pela Câmara.-----

Questionou também o Executivo quanto ao Projeto do Edifício Praça, se já estava finalizado e se ele se mantém exatamente no mesmo sítio.-----

Por fim pediu informações sobre o ponto de situação da Agência de Turismo, que foi aprovada nesta Assembleia.-----

Seguidamente interveio o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que começou a sua intervenção falando de um facto mencionado pelo Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), sobre a questão dos Senhores Deputados Municipais, falarem de pé, quando fazem as suas intervenções, disse que o respeito não se obtém por Decreto, por Despacho, pois o respeito conquista-se com dignidade, com educação, com princípios, com ética, e que ultimamente, e infelizmente, não é isso que tem assistido nesta Assembleia Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Falou também, sobre o seu atraso na última Sessão, o qual não justificou, porque não o tinha que fazer, mas que foi um atraso involuntário, e que nessa Sessão custou-lhe ver, o Deputado do Partido Socialista, Abel Matinhos, a fazer-lhe gestos obscenos, para não dizer pior, lembrando que houve um Ministro, Manuel Pinho, que teve que se demitir, por um comportamento idêntico.-----
Referiu ainda que, no Regimento da Assembleia Municipal, há normas que por vezes são omissas, e quando são omissas deve ser aplicada a regra de que tudo deve ser permitido a não ser que haja algo a proibir, e na última Sessão, parece que foi castigado como um miúdo da escola, pelo facto de ter chegado atrasado, não podendo ceder o seu tempo de intervenção, à Bancada do PSD, como hábito, uma vez que o Partido do CDS e do PSD estão em coligação, e se não está nada no Regimento que não permita isso, sentiu que houve injustiça, porque o facto de ter chegado atrasado não poderia dar lugar a não lhe ser permitido ceder o tempo da sua Bancada ao PSD, porque isso não está escrito no Regimento, pelo que, esta Assembleia deveria funcionar de acordo com as regras do Regimento, e isso no seu entender, não se verificou, o que o fez com que a Bancada do CDS se sentisse insultada.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, que começou por dizer que apoiava a intervenção do Senhor Deputado Calçada Correia (PS), e relativamente ao turismo no Concelho, disse que a demagogia tinha limites, e segunda a informação divulgada pelo INE referente ao ano de 2017, onde refere que o setor cresceu cerca de 17,8% em volume de negócio, e 15,4% em número de pessoas ou serviços, e em relação aos vencimentos, na restauração o ordenado bruto médio é de 598,00€/mensais, no alojamento 805,00€/mensais, mas a média das empresas portuguesas foi de 1.007,00€/mensais, e pela primeira vez o setor do alojamento apresentou uma produtividade superior à média nacional, e o IVA desceu de 23% para 13%, dando uma poupança significativa às empresas, mas não deu aumento de ordenados, e esta é uma questão a ser pensada, e no seu entender à algo que não está a bater certo.-----

Foi também dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que começou por falar de um evento, do 7.º Seminário da Proteção Civil e a Comunidade, devido à sua importância relativamente à proteção e ao socorro.-----

Abordou também o assunto da isenção da taxa turística, proposto pelo Grupo Municipal do PSD, e do comunicado do PSD nas redes sociais, que no seu entender é um comunicado que contém notícias falsas.-----

Por fim, dirigindo-se ao Grupo Municipal do CDS, disse que não registou da parte de nenhum Deputado ou Deputada do Grupo Municipal do PS, qualquer tipo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

gesto obsceno, de violar a honra e a consideração de qualquer pessoa nesta Assembleia, porque os conhece, e se efetivamente isso aconteceu, o Senhor Deputado do CDS deveria ter denunciado esse gesto, de imediato.-----

Seguidamente foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, referindo que iria fazer uma intervenção curta sobre dois temas, o primeiro para dar os parabéns à Câmara Municipal pelo desenvolvimento do pilar, que tem sido a cultura, desde que o Executivo Socialista tomou posse há 5 anos, porque Loulé neste momento, demarca-se de todos os Municípios do Algarve em relação à cultura, e só tem pena que não se faça mais descentralização da cultura para as outras Freguesias.-----

O tema que abordou, teve a ver com a proposta feita pelo Deputado Mário Botelho (PSD), que considerou muito interessante, sobre a isenção do licenciamento da ocupação da via pública, porque é constrangedor ver uma zona turística, em a partir de uma época, começam a fechar os restaurantes, começam a fechar as atividades ligadas à restauração, quando efetivamente, cada vez mais, Quarteira e o nosso litoral, têm estrangeiros e pessoas que nos visitam em todas as épocas, e estes estabelecimentos ao fecharem também vão despedir pessoal, etc., e esta questão dos espaços públicos deveria ser estudada, de forma a facilitar a vida a esses empresários.-----

E ainda sobre a questão dos espaços públicos, referiu que havia uma afronta, que não podia deixar em branco, apesar de não ouvir ninguém a falar, que é a questão do espaço público ocupado pela "Rosa Branca", que é um atentado à administração pública, porque têm construções em cima das rochas, do domínio marítimo, e igualmente muitas esplanadas de outros estabelecimentos a ocuparem todo o espaço público, com pessoas a terem dificuldades em passar, e a Câmara tem que fazer alguma coisa para travar estas situações, porque se tratam de provocações às regras, às leis e à administração pública.-----

De seguida interveio a Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, dizendo que em prol da seriedade, da transparência e do bom desempenho desta Assembleia Municipal, sugeriu que fosse adquirido um ecrã, uma tela, ou algo, que mostrasse a contagem do tempo das Bancadas, para que cada uma pudesse ter acesso real ao seu tempo e geri-lo da melhor forma.-----

Também pediu para intervir o Senhor **Deputado Marco Ferreira (PS)**, que começou por se congratular com a iniciativa que teve lugar nesta Assembleia, na semana anterior, relativamente ao "Debate sobre o Estado do Município", pois foi um momento único, porque nunca tinha havido antes este Debate.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

De seguida falou sobre o estado da saúde na região, e nosso Concelho, e das melhorias que se verificaram, destacou o facto de que na nossa região, houve a colocação de mais 24 médicos de família, e com este acréscimo, cerca de 45.600 utentes passaram a ter médico família, e concluiu a sua intervenção dizendo que no Centro de Saúde de Quarteira, nos últimos meses, também foram colocados mais 4 médicos de família.-----

Foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, dizendo que na sua intervenção iria tentar esclarecer algumas opiniões menos esclarecidas, e dirigindo-se ao Senhor Deputado Calçada Correia, referiu que estranhou a posição demonstrada, porque os empresários por regra, são contra os impostos, sendo que os impostos devem ser essencialmente, reduzidos ao mínimo, para garantir um melhor serviço à comunidade, esta é a formula dos impostos, e devem promover a redistribuição da riqueza, retirando de quem mais produz para quem é menos capaz de a produzir, e sendo este um principio fundamental, não se entende a filosofia aqui expressa neste momento pelo Senhor Deputado Socialista, também empresário, mas acredita que tal de se deve ao enquadramento a que o Senhor Deputado está sujeito na Bancada do PS. Disse ainda que, neste momento o Concelho de Loulé, não tem falta de dinheiro, por isso não precisa de taxas e taxinhas, pelo que, não agora legitimidade para criar agora uma taxa que vai onerar quem produz receita, e o PSD expõe essas ideias de uma forma muito clara, porque há excedente orçamental, não há falta de dinheiro, e querendo esta taxa, até parece que o PS está contra o turismo, porque visa limitar o número de pessoas que vêm para o Algarve, o que preocupa os empresários do Concelho, porque a Câmara Municipal tem 80 milhões de euros no Banco, não sabem o que fazer com esse dinheiro, não promovem obras, porque razão é que querem mais dinheiro? E falando de razões objetivas para o PSD estar contra a Taxa Turística, disse que se trata de mais um imposto, de mais uma taxa que vai dificultar a vida aos pequenos e médios empresários, porque vai criar "ruído" na forma de trabalho e criar dificuldades a quem tem menos meios para promover a sua atividade empresarial, diminui a competitividade, cria mais pressão no alojamento local, vai diminuir a tendência para garantir competitividade no Algarve, porque o Algarve é uma região turística, porque não tem quase mais nada, a não ser o turismo, ou seja, é cerca de 70% da nossa economia, e não se pode diminuir a nossa capacidade de diminuição de receita, e de riqueza, porque produzimos 40% do turismo total do País, e esta taxa torna-se um impedimento à nossa competitividade, e o Concelho de Loulé, está entre os primeiros 5 Concelhos do País, onde se pagam mais impostos, direta e indiretamente na atividade económica e para se viver cá, e tem uma receita capaz de prover todas as necessidades dos seus munícipes, e tem a capacidade para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

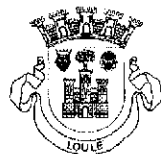
melhorar a competitividade empresarial, mas não o faz, e ainda quer criar mais uma taxa para dificultar a competitividade, o que é uma coisa fenomenal!-----

Foi também dada a palavra ao Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que disse que como empresário da hotelaria, a descida ou subida do IVA, não lhe diz rigorosamente nada, não vai obter mais dinheiro com a descida do IVA, porque o seu preço é o seu preço, o que acresce ao seu preço é a Taxa do IVA que vai para o Estado, porque nenhum empresário recebe dinheiro do IVA, e os empresários do Algarve, apesar da sazonalidade da região, em termos turísticos, já deram mais dinheiro ao Governo Central, do que o Governo Central deu ao Algarve.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que a intervenção do Senhor Deputado Calçada Correia (PS), o deixou deveras espantando, com as considerações que fez, nomeadamente pelo facto de ele ser um empresário de sucesso, um homem com um grande conhecimento em economia, com uma grande experiência no Algarve e com conhecimentos do turismo e do próprio comércio em si, e quando diz que a taxa turística, visa promover a coesão e o desenvolvimento, é de facto uma consideração que o deixa incrédulo, porque no Algarve faz-se um turismo de longa permanência, 7, 8, 10, 15 dias, e desta forma, esta taxa causa perda de competitividade, porque existem mercados emergentes neste momento, como a Tunísia e o Egipto, tornam-se mercados alternativos ao Algarve, como tal, a discussão desta taxa turística, tem que ser mais alargada, porque de facto vai diminuir a nossa capacidade de resposta e a nossa competitividade, e como tal, o PSD, não vê com bons olhos a implementação desta taxa no Município de Loulé, porque neste momento o Município não tem necessidade de aplicar esta taxa, porque não precisa de financiamento, e esta taxa pode ser prejudicial ao nosso turismo, e é isso que preocupa o PSD.-----

E respondendo ao Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), disse que os dados que tem relativamente ao turismo em 2018, revelam que existe uma quebra na taxa de ocupação (número de dormidas) de 9%, que se deve também à quebra do mercado britânico, e isto é mais um dado de que na realidade esta taxa turística não deve ser aplicada no Concelho de Loulé, porque não se sabe quais vão ser os seus efeitos, porque dependemos de um mono produto que é o turismo, que é a nossa galinha dos ovos de ouro e que temos de salvaguardar, de todas as formas, ponderando muito bem sobre este assunto e se necessário convocar uma Sessão Extraordinária, para debater e esclarecer todos sobre esta matéria.-----

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, que começou a sua intervenção dizendo que é preciso saber porque é que durante anos se destruiu as pescas no Algarve, quem foram os Governos responsáveis por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

isso, pelas conserveiras, e muitas outras coisas, que reduziram o Algarve para 70% de turismo e serviços, é preciso analisar e ver quem é que colocou o Algarve nesta situação de dependência do turismo.-----

Respondendo à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), disse que sobre o assunto da "Rosa Branca", todos os membros deste Executivo, estavam fartos de ouvir o Bloco de Esquerda, nomeadamente o próprio, a falar sobre este assunto, e de outras esplanadas, inclusive na última Sessão, a Senhora Heloísa Madeira, disse que havia uma esplanada, junto ao Centro Autárquico de Quarteira, que não tinha licenciamento, como tal, este é um assunto que o Bloco de Esquerda vem abordando nesta Assembleia, e em Quarteira, repetidamente.— E falando também sobre a visita que o Senhor Presidente da Câmara, fez à extensão de Quarteira do Centro de Saúde, disse que atualmente o problema já não é a falta de médicos, e que o Senhor Deputado Marco Ferreira (PS), sabe perfeitamente, que há longos anos, há um problema grave de falta de pessoal administrativo, e não tem também um serviço de atendimento telefónico aos utentes, e que é preciso resolver este problema grave de falta de pessoal administrativo.-----

Foi dada também a palavra ao Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), dizendo que gostaria de fazer uma reflexão sobre a questão da saúde, depois de ouvir a intervenção do Senhor Deputado Marco Ferreira (PS), e considerou que o mesmo deveria ter sido mais prudente na avaliação que faz relativamente à vinda dos novos médicos, porque efetivamente ao longo dos anos, têm sido feitos muitos Concursos, em que há candidatos e depois nunca chegam a ocupar o lugar, ou ao fim de pouco tempo de cá estarem vão-se embora, por falta de condições, e se desta vez resultar, cá estará para agradecer ao Governo do Partido Socialista por ter resolvido um problema que há muitos anos não se consegue resolver. No entanto, disse também que nunca se viu tanta contestação na área da Saúde como até agora, que já levou à demissão do Ministro, tanto pelo Sindicato dos Enfermeiros, pelo Sindicato do Pessoal Administrativo, por todos os Sindicatos dos Médicos, como também a falta de medicamentos nos Hospitais, por falta de condições financeiras para os comprar, e que já levaram também à demissão de Diretores de Serviço e de Médicos por todo o País, pelo que, seria muito mais adequado, mais prudência nas avaliações que se fazem na área da saúde, e um pouco mais de consciência em relação à realidade, porque a avaliação feita pelo Dr. Marco Ferreira, e mandar de foguetes ao ar, só porque saiu uma norma do Ministério da Saúde a anunciar algumas melhorias, isso só por si não chega, e o que se verifica, é que cada vez mais há falta de consultas, e independentemente do número de médicos, as populações, sobretudo as do interior, é que sofrem, e não se consegue esquecer da imagem na televisão do Senhor Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Câmara de Loulé, Dr. Vitor Aleixo, sentado à porta do Centro de Saúde de Loulé, a angariar apoiantes contra o mau funcionamento do Centro de Saúde, mas atualmente, não o vê a fazer o mesmo em nenhuma destas situações difíceis que a área da saúde atravessa, e até porque os Centros de Saúde não estão a funcionar melhor, como tal, é bom que se tenha a consciência dos factos e da realidade, e quando se tiver a certeza das coisas, então aí falamos delas.-----

Foi cedida novamente a palavra ao Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que respondendo ao Senhor Deputado João Guerreiro (PSD), disse que o PSD não estava contra a implementação da taxa turística, poderá estar o PSD Loulé, mas a nível não está, e que neste momento muitos Municípios PSD já aplicam esta taxa. De seguida, referiu que como empresário, não tem a visão redutora de que o PS quer limitar o turismo, e nem se quer limitar o número de pessoas que vêm para o Algarve, mas o que é importante, é que o empresário não pode ter uma visão meramente imediatista, e os empresários que defendem a não aplicação desta taxa turística, não vêm o turismo de uma perspetiva de longo prazo, de sustentabilidade regional, e de caminharmos para a qualidade, e os empresários têm que olhar para o turismo, dando-lhe sustentabilidade e competitividade, e para isso é necessário qualidade, e para ter qualidade, é necessário ter a taxa turística, como um reforço das condições competitivas para a região, porque também não queremos turismo massificado, e admitiu que o que se devia discutir é como é que se vai aplicar a receita da taxa turística, se vai ser através do Fundo Ambiental, ou se vai ser inserida dentro da perspetiva do Fundo Regional, dos 16 Municípios, se vai ser dividida para vários fins, etc., agora estar contra esta taxa porque é mais uma taxinha...e porque vai diminuir a competitividade...é uma visão redutora e imediatista.-----

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, dizendo que quando o Governo aumentou a taxa do IVA na restauração, poucos ou nenhuns restaurantes aumentaram o preço de venda, tal como agora quando a taxa baixou, não baixaram os preços de venda, por conseguinte, suportaram o IVA e agora estão a reembolsá-lo e referiu que infelizmente neste Verão passado, foi uma vergonha o que se passou com a promoção dos hotéis no Algarve, descontos de 35% em Vilamoura, e hoje aparecem descontos de 40% em Vilamoura, porque subiram excessivamente os preços. -----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, dizendo que quando se disse que o IVA da restauração tinha sido reposto, não se disse a verdade, é que ele foi reposto, mas parcialmente, porque há diferenças de IVA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

na restauração de acordo com os diferentes produtos, e serviços, e se falarmos de turismo, há muitos aspetos, muitas alíneas, que vão ter que ser discutidas, e quem sustenta todo o peso público deste País, são cerca de 4 milhões de empresários, e se se destrói o tecido empresarial, alguém vai sofrer.-----

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que como houve questões colocadas à Mesa, iria responder, começando por se referir à intervenção feita pelo Senhor Deputado António Farrajota (CDS), dizendo que de facto o Senhor Deputado tinha razão, quando diz que a questão da redução dos tempos, que tinha proposto na Sessão em causa, não estava previsto no Regimento da Assembleia Municipal, mas que estava previsto a pontualidade a Deputados, e o que fez, foi tendo em conta, a forma como estava a evoluir essa Sessão, utilizou, como critério de equilíbrio, a redução para metade o tempo da Bancada do CDS, discutível claro, mas foi a decisão que tomou na altura, assumindo a responsabilidade da mesma e as devidas consequências.-----

Quanto à questão colocada pela Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), relativamente à contagem dos tempos, disse que já tinha anunciado, que está solicitado à Câmara já desde o mandato anterior, e que respondeu que tal era possível do ponto de vista técnico, um sistema parecido com o que existe na Assembleia da República, e que iria fazer parte de um Procedimento para aquisição de software, e como tal, espera que em breve, a Assembleia Municipal possa ter essa tecnologia, e com esta exigência dos Senhores Deputados talvez seja mais fácil, pois também gostaria que na próxima Comemoração do 25 de Abril, fosse já feita com gravação online, e que já estivesse implementado esse software de contagem de tempos.-----

Para responder a algumas questões colocadas pelos Senhores Deputados, foi concedida a palavra à Senhora **Vereadora Heloisa Madeira**, que começou por falar da proposta ou recomendação do PSD, relativamente à isenção do pagamento de taxas de ocupação de via pública, nos períodos de inverno, de época baixa, dizendo que de facto existe uma ocupação abusiva por parte dos estabelecimentos comerciais, nomeadamente por parte de quem tem esplanadas, e Fiscalização da Câmara Municipal, anda em cima, mas efetivamente o que é necessário para travar este abuso, e que está ser muito ponderado, para ser lançado a muito breve prazo, serão atuações mais musculadas, relativamente a estas matérias, para se fazer cumprir a lei, porque neste momento há um galgar, da ocupação do espaço público, que deve ser usufruído por todos, e para todos.---
Em relação à questão da gestão da concessão da Marina de Vilamoura, o Estado é a Entidade concedente, e será o Estado concedente e os Tribunais Administrativos, que deverão tomar medidas de controlo, e têm jurisdição sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

essa matéria, a Câmara tem jurisdição no território, não sobre as regras e o cumprimento do contrato de concessão, que foi a questão colocada.-----

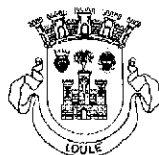
Quanto à questão colocada pelo Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, sobre a ocupação que é feita por um Stand, em alvenaria, na obra da Av.^a Sá Carneiro, disse que a informação que tem é que aquela ocupação da via pública, foi efetivamente autorizada, para se montar o estaleiro, devido à dimensão da obra, porque não era possível construir o estaleiro dentro do lote, contudo, a construção em alvenaria não foi licenciada, o que foi licenciado, foi a ocupação do espaço, por um Stand, no entanto, o que está assegurado é que se trata de uma ocupação temporária, para instalação do Stand, que será desmontado no final da obra.-----

Relativamente à localização do Mercado de Quarteira, disse que se localizava no espaço que o Senhor Deputado referiu, e que o projeto está finalizado e em fase de revisão, para rapidamente se lançar o respetivo Concurso.-----

Foi igualmente concedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que sobre a Agência Local de Turismo, disse que este processo está a andar, mas que em 2019, vai estar em pleno funcionamento, e que a localização desta Agência, já está definida pelo Executivo e que daqui a um tempo, quando estiver concretizada, será tornada pública.-----

Confirmou também, a questão da dotação, em termos de meios tecnológicos da Assembleia Municipal, dizendo que a Divisão de Informática da CML, encontra-se a questionar os vários fornecedores nesta matéria, quer em termos orçamentais, quer em termos funcionais, e como tal, haverá novidades até final do ano.-----

Sobre a questão da taxa turística, disse que já foi bem referido pelos Senhores Deputados Calçada Correia (PS), e Fernando Santos (Independente), mas que é importante referir, não se percebe como é que é possível se fazer um Comunicado nestes moldes, passando a citar "*...7 milhões de taxa turística...*", referiu que gostaria de saber qual é que foi o cálculo utilizado para apurar estes 7 milhões, "*...desvalorização da libra em 15%...*", disse que a questão da desvalorização da libra, já aconteceu há mais de 1 ano, e não se refletiu na questão turística, e que a questão do BREXIT, não influenciava a questão do turismo em si, deverá influenciar é o residente, como tal, o PSD não pode fazer estas considerações de uma forma leviana, se todo o Algarve implementar a taxa turística, por uma questão de coesão territorial, será só Loulé, que se vai opor? No seu entender, é descabido e irresponsável tomar essa decisão de oposição, nesta matéria. Disse ainda que, criticar nessa Nota de Imprensa, que projetos de iniciativa regional, é mau para Loulé, é estarem a referir que são contra a região e que são contra o desenvolvimento regional.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Também foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Abílio Sousa**, que sobre uma questão colocada pelo Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), sobre a extensão do Centro de Saúde em Quarteira, disse que o Executivo tem continuado a manter políticas, no sentido de colaborar, e prestar apoio, e melhores condições aos munícipes e utentes deste Concelho, e que tudo o que tem sido solicitado, da parte das extensões, o Executivo tenta colaborar, e neste momento a Câmara está a tentar dar o apoio solicitado pela extensão de Quarteira.-----

Pedi novamente a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, solicitando um esclarecimento à Senhora Vereadora Heloisa Madeira, dizendo que, se a Inframoura E.M., recebe ou aufere um determinado valor em função de uma área do espaço público ocupado, e que é determinado a partir do limite do espaço da LUSORT, como é que se determina? Porque pode haver aqui, outra realidade, que é a LUSORT estar a ocupar um espaço que seria da Inframoura E.M., e do Município, e é neste sentido que gostaria que a Senhora Vereadora, determinasse qual o espaço, qual o limite da LUSORT e onde é que se inicia o espaço de ocupação pública, por parte da Inframoura E.M.-----

Para responder a esta questão, foi dada a palavra novamente à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, dizendo que esses limites estão definidos no contrato de concessão e na planta anexa ao contrato de concessão, e que a Câmara, delegou na Inframoura E.M., essa gestão, como tal, a Empresa Municipal só tem que fazer cumprir o que está na planta do contrato de concessão, essa não é matéria da CML.-----

Terminadas todas as intervenções sobre este ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:-----

5-Moções:-----

Sobre este ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que havia uma **Moção de Recomendação**, apresentada pelo **Grupo Municipal do PS**, sobre a **Redução do Uso de Plásticos**, remetida em devido tempo a todos os Senhores Deputados.-----

Para apresentar a **Moção de Recomendação**, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, dizendo que esta **Moção** surge no seguimento do que se tem passado a nível nacional e internacional, sobre este assunto, e que o Parlamento Europeu quer proibir a utilização única dos plásticos, e que o Parlamento Nacional, a proposta do PAN para a tara recuperável para garrafas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

de plástico, e como tal, que esta Moção acaba por ser uma Moção de Recomendação, e referiu ainda que gostaria que a votação desta Moção, fosse feita com a supressão da primeira recomendação, uma vez que o Partido Socialista soube que essa informação já estava desatualizada, e que já tudo está a ser feito, referiu também que esta Moção foi elaborada com a colaboração do Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), e passou de seguida à leitura da mesma, a qual se encontra anexa a esta Ata e que faz parte integrante da mesma.-----

Congratularam-se com esta Moção de Recomendação, e informaram que iriam votar favoravelmente, o Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), o Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), o Senhor Deputado António Farrajota (CDS), o Senhor Deputado Fernando Santos (Independente).-----

Sobre a questão levantada, de se poder aplicar uma taxa sobre a utilização de plásticos, como forma de incentivo à sua não utilização, caso em termos legais, a Câmara Municipal pudesse aplicar essa taxa, intervieram os Senhores Deputados António Farrajota (CDS), Fábio Nobre (PS) e Rogério Rochinha (BE).-----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia, referiu que iria colocar a votação esta Moção de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, sobre a Redução do Uso de Plásticos, eliminando o ponto 1 e acrescentando o outro ponto referente a incentivos.-----

A Moção de Recomendação "Redução do Uso de Plásticos", apresentada pelo Grupo Municipal do PS, foi votada e aprovada por unanimidade.-----

Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia, passou ao ponto seguinte:-----

6-Período da Ordem do Dia;-----

a)- Proposta 59/2018- Deliberação relativa à Aquisição de oito lotes de terreno para Construção Urbana, nomeadamente os lotes 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, inseridos no loteamento denominado "Loteamento Clona", pelo valor de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros), nos termos do disposto conjugadamente na alínea i) do n.º 1 do art.º 25 e da ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1731-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que sobre esta proposta, disse que foi enviada toda a documentação aos Senhores Deputados, que inclui duas avaliações destes 8 lotes, cujo valor de aquisição está abaixo cerca de 20% do valor destas avaliações, e que esta aquisição faz parte da estratégia municipal da habitação, que será apresentada pelo Senhor Presidente da CML, no início de Janeiro de 2019.-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, solicitando ao Executivo esclarecimentos sobre o terreno do INUAF, se o mesmo é camarário, se foi cedido pela Câmara ao INUAF, e se agora com a insolvência do INUAF irá regressar à Câmara ou não?-----

Também foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que começou por enaltecer o Executivo por esta aquisição de terrenos, que aliás tem sido uma recomendação do PSD, ao longo destes últimos anos, no sentido de ajudar a resolver uma grande parte das necessidades nesta área, que se verificam no nosso Município. Referiu também que de acordo com as suas contas o valor médio por m² será de 1.400€, questionando se não será um valor excessivo? E ainda se este tipo de habitações irão ser habitações sociais e se estão dirigidas a jovens ou a quem concretamente.-----

Usou também da palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, dizendo que não tinha nada a opor quanto a esta aquisição de terrenos, pelo contrário, no entanto, gostaria de saber se foi feito algum diagnóstico sobre as necessidades prioritárias? Porque o seu receio é que se comece a construir onde não existe tanta necessidade, porque na sua opinião, é em Quarteira que está a fatia maior de pessoas carenciadas.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que enalteceu esta medida do Executivo.-----

Pediu também a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, para colocar algumas questões ao Executivo, começando por perguntar qual era o prazo desta construção e para quando é que estava prevista a entrega das habitações.-----
Falou também do Projeto Vilamoura XXI e de um conjunto de contra partidas que lá constavam, nomeadamente terrenos de cedência, projetos de investimento a serem efetuados pela Empresa Promotora, na altura, LUSOTUR, pelo que, gostaria de saber se o Senhor Presidente da Câmara tem uma ideia das contra partidas constantes deste Projeto Vilamoura XXI, ou se a CML poderá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

diligenciar, no sentido de solicitar à CCDR, que informe, para que o Município não fique prejudicado.-----

Por fim, questionou se o Executivo tinha já em mente outras aquisições, no resto do Município, nomeadamente, nas Freguesias com mais população e com mais carências, como Almancil e Quarteira, levando em conta, que o Município teria uma noção das carências e prioridades, no que concerne à habitação.-----

Também interveio o Senhor **Deputado Joaquim Vairinhos (PS)**, questionando o Executivo sobre o número de fogos é que irão resultar desta aquisição. Referiu ainda que esta Assembleia estar a aprovar a aquisição de uma série fogos, sem ter uma ideia ligeira da estratégia municipal para a habitação, é muito vago, porque ainda não se sabe de que tipo de construções se trata, se são a preços controlados ou não, pelo que, é necessário que o Executivo dê mais informação sobre esta matéria.-----

Teceram também algumas considerações sobre esta proposta, relativamente à questão da especulação dos preços dos terrenos, uma vez que não áreas de construção, sobretudo com a alteração que vai ser feita ao PDM, bem como a caracterização e localização dos terrenos que serão adquiridos pela Autarquia para este fim, os Senhores **Deputados Seruca Emidio (PSD) e António Farrajota (CDS)**.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, esclarecendo que não existe nenhum terreno municipal, propriedade do Município, nas imediações do loteamento CLONA.-----

No seguimento desta resposta, pediu novamente a palavra o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, dizendo que a informação que tinha é que o terreno cedido ao INUAF era um terreno municipal, solicitando mais esclarecimentos sobre este assunto.-----

Sobre esta proposta, referiu que de facto é um primeiro passo para o problema da habitação, contudo, o Bloco de Esquerda tem uma visão diferente, sobretudo sobre a questão do calendário, porque a Câmara já deveria ter apresentado o plano ou programa da habitação, antes de estar a comprar os terrenos, assim como já devia ter intervindo no problema das casas degradadas e da sua reabilitação, e que nos últimos 5 anos, não foi feito nada pelo Executivo, nesta área da habitação.-----

Teceram também algumas considerações os Senhores **Deputados Abel Matinhos (PS) e António Farrajota (CDS)**, sobre a questão do critério de escolha para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

atribuição destes fogos.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que este Executivo Socialista com 80 milhões de euros em conta, nos últimos anos não fez investimentos, sobretudo na área de investimento escolar, educação, habitação, e que agora, finalmente ouviu as propostas das Bancadas da Oposição e lá viu uma janela de oportunidade para fazer alguma coisa.-----

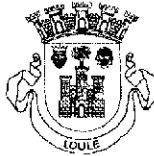
Em relação à questão levantada pelo Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), do terreno camarário cedido ao INUAF, situação que se verificou na Presidência do Professor Joaquim Vairinhos, era importante que o Executivo Socialista ou o próprio pudessem esclarecer este assunto.-----

Seguidamente foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins**, que sobre o assunto da habitação disse que Loulé, Almancil e Quarteira, funcionam como grandes polos urbanos, cada uma com as suas especificidades e características, e se é verdade que é necessário haver estudos para ver onde são necessárias habitações, também é necessário um planeamento estratégico, que também tem outra vertente, que é onde se quer que as pessoas fiquem a habitar, e se não forem construídas casas no interior, ninguém vai para lá.-----

Para responder a algumas questões levantadas pelos Senhores Deputados, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, e sobre a questão do terreno cedido ao INUAF, disse que essa situação nunca foi concretizada oficialmente, não há loteamento nenhum e que os terrenos são privados.-----

Quanta à situação da habitação, não se trata de uma questão de oferta de casas, dos chamados preços de especulação, acrescentando que há um problema estrutural na economia portuguesa, e neste caso no Algarve, que é o nível salarial das pessoas, problema que não pode ser resolvido pelo Executivo, e este problema tem consequências ao nível da habitação, e neste momento, a classe média, já é uma classe média baixíssima, e aqui não se trata de uma questão de habitações sociais, mas habitações a preços acessíveis aos rendimentos disponíveis das famílias, e o que o Executivo quer proporcionar, é um apoio às famílias, não é um apoio aos coitadinhos, e com isto não se está a banalizar um problema, mas sim a tentar encontrar uma solução estrutural a este problema.---

Também foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que sobre os trabalhos de Revisão do PDM, disse que há perímetros alargadíssimos e não é por isso que as construções aparecem, há um problema, os proprietários aforram os terrenos e não os colocam no mercado, e isso não se resolve com mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

alargamento de perímetros, porque o que isso cria é edificações dispersas e falta de estratégia no desenvolvimento urbano, e o caminho que o Executivo vai utilizar, é o de usar os mecanismos e os instrumentos ao nosso dispor, para que nos sítios onde queremos que se construa, se construa, respeitando o direito de propriedade. E quanto à falta de habitações no litoral, disse que não há falta de habitações no litoral, pelo contrário, o que existe é um litoral super-densificado, ou seja, há falta de utilização de instrumentos adequados para colocar essas habitações ao serviço de quem precisa delas, através de políticas fiscais, e de outro tipo de políticas.-----

Terminadas todas as intervenções sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou a mesma a votação:-----

a)- Proposta 59/2018- Deliberação relativa à Aquisição de oito lotes de terreno para Construção Urbana, nomeadamente os lotes 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, inseridos no loteamento denominado "Loteamento Clona", pelo valor de €1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros), nos termos do disposto conjugadamente na alínea i) do n.º 1 do art.º 25 e da ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1731-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por unanimidade.-----

Pedi a palavra o Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), dizendo que no final da Sessão o Bloco de Esquerda iria apresentar uma Declaração de Voto, que será anexa a esta Ata e fará parte integrante da mesma (documento será anexo à Ata).-----

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia, passou ao ponto seguinte:-----

b)- Proposta 55/2018- Deliberação relativa a Prestação de Serviços para a Revisão Legal de Contas no âmbito da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro - Nomeação do Auditor Externo para os anos de 2018 a 2021, tendo em consideração o estabelecido no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1387-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Não havendo considerações sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Assembleia, passou à votação da mesma:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

b)- Proposta 55/2018- Deliberação relativa a Prestação de Serviços para a Revisão Legal de Contas no âmbito da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro - Nomeação do Auditor Externo para os anos de 2018 a 2021, tendo em consideração o estabelecido no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1387-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por unanimidade.-----

Dando continuidade aos trabalhos, passou-se à alínea seguinte:-----

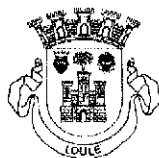
c)- Proposta 58/2018- Deliberação relativa à 1.ª Alteração ao Plano de Urbanização de Vilamoura - 2.ª Fase (PUV) - Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Plano, nos termos do n.º 1 do art.º 90.º conjugado com o n.º 1 do art.º 119.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1522-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Sobre esta proposta, teceram algumas considerações os Senhores Deputados, Fernando Santos (Independente), Rogério Rochinha (BE), João Guerreiro (PSD), Calçada Correia (PS), Carlos Costa (PS), Seruca Emídio (PSD); António Farrajota (CDS) e Abel Matinhos (PS).-----

De seguida foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que respondendo à única questão concreta, colocado pelo Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), disse que foi enviada a resposta à questão colocada ao Executivo, e essa resposta diz que a questão levantada sobre as questões ambientais de avaliação de impacto ambiental, foi feita, e em 2008, mas tudo isso já foi informado nesta Assembleia, aquando da discussão que houve sobre esse assunto, mas de qualquer forma, na resposta, foram colocados os links e toda a informação disponível a todos os Senhores Deputados, e o que está aqui a votação é o Projeto, porque o Estudo Ambiental, foi feito.-----

Em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), dizendo que o Bloco de Esquerda não acredita neste tipo de Projetos.-----

Complementando a informação sobre esta proposta, o Senhor Presidente da Câmara, disse que a pequena alteração que é feita, resulta numa intervenção em concreto nos Lagos, causadora de muito menor impacto no ambiente, do que a primeira versão, ou seja, está aqui a ser discutida, uma melhoria em termos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ambientais, relativamente àquela que era a primeira versão do Projeto.-----

Terminadas todas as intervenções sobre esta proposta, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou à sua votação:-----

O Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, Fez uma Declaração de Voto (documento será anexo à Ata).-----

c)- **Proposta 58/2018- Deliberação relativa à 1.ª Alteração ao Plano de Urbanização de Vilamoura - 2.ª Fase (PUV) - Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Plano**, nos termos do n.º 1 do art.º 90.º conjugado com o n.º 1 do art.º 119.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1522-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 1 voto contra do BE (Deputado Rogério Rochinha).-----

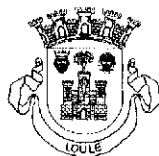
Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou à proposta seguinte:-----

d)- **Proposta 63/2018- Deliberação relativa à 2.ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor n.º 1 de Almancil - Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Plano**, nos termos do n.º 1 do art.º 90.º conjugado com o n.º 1 do art.º 119.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1714-2018**] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para falar desta proposta, foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloisa Madeira**, dizendo que em relação a este Plano, o que está aqui em causa é a aprovação para envio para publicação em Diário da República, para entrada em vigor desta alteração regulamentar, e que permitirá a construção e o lançamento da empreitada para o Pavilhão Multiusos de Almancil e o Centro Autárquico.-----

Não havendo considerações por parte dos Senhores Deputados, **passou-se de seguida à votação desta proposta**:-----

d)- **Proposta 63/2018- Deliberação relativa à 2.ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor n.º 1 de Almancil - Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento do Plano**, nos termos do n.º 1 do art.º 90.º conjugado com o n.º 1 do art.º 119.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1714-2018**] (plataforma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por unanimidade.-----

Dando continuidade aos trabalhos, e devido ao adiantado da hora, o Senhor Presidente da Assembleia, passou à apresentação e discussão em conjunto, das seguintes propostas:-----

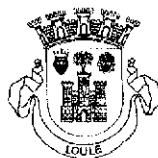
h)- Proposta 60/2018- Deliberação relativa à Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal INFRALOBO - Empresa de Infraestruturas de Vale do Lobo, E.M., nos termos previstos no art.º 22.º-A da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 69/2015 de 16 de Julho; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1736-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

i)- Proposta 61/2018- Deliberação relativa à Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal INFRAMOURA - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M., nos termos previstos no art.º 22.º-A da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 69/2015 de 16 de Julho; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1737-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

j)- Proposta 62/2018- Deliberação relativa à Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal INFRAQUINTA - Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago, E.M., nos termos previstos no art.º 22.º-A da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 69/2015 de 16 de Julho; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1738-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Sobre estas propostas teceram algumas considerações os Senhores Deputados, Carlos Costa (PS), Mário Botelho (PSD), Joaquim Vairinhos (PS), Calçada Correia (PS) e o Presidente da Junta de Freguesia de Almancil Joaquim Pinto.-----

Também sobre esta proposta, pediu a palavra o Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), dizendo que a redação/fundamentação destas propostas, lhe causam alguns incómodos, pois esta redação dá para tudo e mais alguma coisa, e vai dar para que mais tarde, outro Executivo que queira se aproveitar disto, ter a porta aberta, porque no fundo está a criar-se três Empresas de capitais mistos, no mercado concorrencial, aliás foi pedido já no mandato anterior, um relatório sobre as Infra's que nunca foi recebido, pelo que, o Bloco de Esquerda irá votar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

contra.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, que esclareceu que esta alteração estatutária, não põe em causa, o que foi uma recomendação do Senhor Deputado Joaquim Vairinhos (PS), de que deveria haver uma Sessão da Assembleia, só para discutir o papel das Infra's.-----

Disse ainda que, esta redação tem uma fundamentação jurídica, em relação ao que neste momento é a constituição das Infra's, e a orientação deste Executivo atual, é de que estas Empresas Municipais, irão fazer um equilíbrio territorial no serviço público básico, limpeza urbana, às suas populações.-----

Terminadas todas as considerações sobre estas três propostas, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou à votação das mesmas, em separado:-----

h)- **Proposta 60/2018- Deliberação relativa à Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal INFRALOBO - Empresa de Infraestruturas de Vale do Lobo, E.M.**, nos termos previstos no art.º 22.º-A da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 69/2015 de 16 de Julho; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1736-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 1 voto contra do BE (Deputado Rogério Rochinha)-----

i)- **Proposta 61/2018- Deliberação relativa à Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal INFRAMOURA - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M.**, nos termos previstos no art.º 22.º-A da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 69/2015 de 16 de Julho; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1737-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 1 voto contra do BE (Deputado Rogério Rochinha)-----

j)- **Proposta 62/2018- Deliberação relativa à Proposta de Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal INFRAQUINTA - Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago, E.M.**, nos termos previstos no art.º 22.º-A da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 69/2015 de 16 de Julho; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1738-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt), foi votada e aprovada por maioria, com 1 voto contra do BE (Deputado Rogério Rochinha)-----

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, informando que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda iria apresentar uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Declaração de Voto relativamente a estas três propostas, que será anexa à Ata e fará parte integrante da mesma (documento será anexo à Ata).-----

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida à apreciação das seguintes informações:-----

e)- **Apreciação da Informação relativa ao Início do Procedimento para a 1.ª Alteração ao Regulamento do Plano Pormenor na modalidade específica de Plano de Intervenção no Espaço Rural do Parque de Campismo de Quarteira (PIERPCQ); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1470-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

f)- **Apreciação da Informação relativa à Solicitação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve da marcação de uma Reunião Preparatória para a Constituição da Comissão Consultiva para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1523-2018] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

Sobre a alínea e), pediu a palavra o Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, questionando o Executivo se o Município vai autorizar a desafetação do atual Parque de Campismo antes do outro estar construído? E caso não possa fazer isso, existe alguma forma de protelar o desmantelamento do atual?-----

Para responder a esta questão, foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloisa Madeira**, dizendo que a questão, não é uma questão de desafetação, porque o atual Parque de Campismo, está em pleno PDM, numa área considerada de aglomerado urbano, tipo A, e o processo relativo a essa parcela, onde atualmente está instalado e em exploração o Parque de Campismo, foi submetido a um estudo de avaliação de impacto ambiental, e ainda estamos na fase de avaliação de impacto ambiental, e em sede de pronúncia por parte da Câmara, propôs-se que na Declaração fosse adicionada uma condicionante, não ser emitido nenhum título urbanístico, sem que estivesse assegurado, o funcionamento e a entrada em funcionamento do Parque de Campismo no PIER, a fim de salvaguardar que na localidade de Quarteira, existirá sempre um Parque de Campismo em funcionamento, e que em relação ao terreno onde está em funcionamento o Parque de Campismo, não existe, nem está emitida nenhuma licença camarária, está em curso ainda, o Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Terminadas todas as considerações sobre estas duas informações, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou de seguida ao último ponto da Ordem de Trabalhos:-----

g)- **Proposta 64/2018- Deliberação relativa à Eleição de 1 Representante da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM)**, conforme previsto no art.º 7.º, alínea d) da Portaria n.º 277/2015, de 10 de Setembro; [**Proposta da Assembleia Municipal**];-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, informando que o representante nomeado pelo Grupo Municipal do PS, para integrar esta Comissão Consultiva, seria o Senhor Deputado Márcio Fernandes, considerado como candidato pela **Lista A**.-----

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, informando que o representante nomeado pelo Grupo Municipal do PSD, para integrar esta Comissão Consultiva, seria o Senhor Deputado Mário Botelho, considerado como candidato pela **Lista B**.-----

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Assembleia**, passou à votação desta proposta, feita por voto secreto em urna:-----

g)- **Proposta 64/2018- Deliberação relativa à Eleição de 1 Representante da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM)**, conforme previsto no art.º 7.º, alínea d) da Portaria n.º 277/2015, de 10 de Setembro; [**Proposta da Assembleia Municipal**], foi votada e eleito por maioria, com 26 votos a favor (Lista A), o candidato proposto pelo PS, Deputado Márcio Fernandes.-----

Não havendo mais intervenções e concluída a Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por terminada esta Sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Adriano Lopes
A 1ª SECRETÁRIA [Assinatura]
A 2ª SECRETÁRIA [Assinatura]



[Handwritten signatures]

Assembleia Municipal de Loulé

N.º Entrada 836

29 / 10 / 18

MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO

REDUÇÃO DO USO DE PLÁSTICOS

Considerando que:

1. A ilha de plástico, conhecida como a "Grande Mancha de Lixo no Pacífico" tem cerca de 1,6 milhões de quilómetros quadrados (dezassete vezes mais que o tamanho de Portugal continental, Açores e Madeira todos juntos);
2. Estima-se que, se nada for feito para inverter a situação, em 2050 haverá nos oceanos a mesma quantidade de peixe e plásticos;
3. Os microplásticos representam, cada vez mais, um perigo de saúde pública, pois começam a entrar na nossa cadeia alimentar, seja por se imiscuírem nas reservas aquíferas, seja por ingestão por parte de animais que fazem parte da dieta humana, sobretudo os peixes;
4. Segundo a ONU, são produzidas anualmente mais de 400 milhões de toneladas de plásticos sendo que, desse número abismal, apenas 9% dos resíduos são reciclados, isto é, menos de 40 milhões de toneladas, de acordo com a mesma fonte;
5. A Câmara Municipal de Loulé, na pessoa do seu presidente, Dr. Vítor Aleixo, tem tido uma grande sensibilidade para com os problemas ambientais e, inclusive, tomado algumas medidas positivas para a redução da pegada ecológica por parte do município.

Por todos os motivos supracitados, a bancada do PS vem, por este meio, recomendar ao executivo camarário:

- 1) Que troque o copo de plástico único, vendido nos eventos por si organizados - nomeadamente o MED -, por um copo de material reciclável, mais amigo do ambiente;
- 2) Que troque o material dos sacos disponibilizados para a recolha de dejetos de animais domésticos por outro material menos nocivo (por exemplo sacos de papel);
- 3) A criação de um incentivo para que os mercadinhos, mercearias e pequenos estabelecimentos comerciais dos centros urbanos troquem os tradicionais sacos de plástico por sacos de papel;
- 4) Organização de um evento ou workshop, com especialistas convidados, de modo a informar a população sobre que medidas pode tomar, de modo a reduzir o uso de plástico, bem como para as pessoas ficarem a conhecer alternativas viáveis a esse material.
- 5) Sendo o Loulé Design Lab um laboratório de criação, investigação e experimentação, onde são disponibilizadas condições para a formação e fixação de uma comunidade criativa entendemos que a problemática inerente aos plásticos pode e deve ser desenvolvida na perspetiva criativa e ambiental, em ações de design ligado à cultura local e em rede global com outras instituições e projetos de referência neste combate à poluição através dos dejetos de plástico.

Loulé, 16 de Outubro de 2018

Assembleia Municipal de Loulé,

Os Deputados do Partido Socialista

[Handwritten signature]

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Municipal do BE, votou a favor da proposta camarária 1731/2018, para aquisição de oito lotes de terreno para Construção Urbana, (lotes 2 a 9) do “Loteamento Clona”, pelo valor de 1.500.000,00 euros, pelas seguintes razões:

Diz a Constituição Portuguesa, no Artigo 65.

“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”

Compete ao poder local promover a construção de habitações económicas e sociais. Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.”

Apesar desta proposta não conter explicitamente o destino destes lotes, a quantidade de fogos previstos, as modalidades de uso das habitações, as percentagens indicadas para cada programa (arrendamento para carenciados, preços acessíveis, etc), consideramos como uma boa medida e um ponto de partida importante na tentativa de resolução do grave problema da escassez de habitação existente no concelho, nomeadamente, para arrendamento destinado às famílias mais fragilizadas, apoiadas com rendas acessíveis e motivadoras para a fixação de jovens.

Na opinião deste grupo municipal, esta decisão só peca por atraso, ado as disponibilidades financeiras da autarquia. O executivo poderia ter avançado há mais tempo com programas de habitação, recorrendo a terrenos camarários existentes, nomeadamente o localizado perto do terreno agora em causa, com uma área de 20.000 m2;

Consideramos um erro grave, que passados cinco anos de gestão camarária, o presidente da câmara, ainda não ter apresentado, uma Estratégia Municipal de Habitação e um plano de reabilitação urbana consistente, porque o problema dos sem-abrigo também deve ser urgentemente resolvido.

Loulé, 26/10/2018

Assembleia Municipal de Loulé

Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votámos contra a proposta camarária 1522/2018, referente à 1ª alteração ao Plano de Urbanização da Vilamoura – 2ª fase (PUV) – Aprovação do Projecto de Alteração ao Regulamento do Plano, pelas seguintes razões:

Embora se tratando, de alterações que tornam mais claro o uso do solo nas zonas descritas como "Lagos e infraestruturas", no sentido de **"dotar o projecto de características mais naturais"**;

Consideramos inadmissível a emissão da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicionada a este projecto, tendo em conta a ausência do estudo dos impactes globais do empreendimento da Cidade Lacustre, como os graves impactes ambientais que a construção dos lagos vai ter numa zona natural sensível e para os recursos hídricos regionais.

A proximidade e a ocupação de parte da zona de protecção do Cerro da Vila, estação arqueológica classificada como Imóvel de Interesse Público, com processo de municipalização em curso.

Porque temos dúvidas, quanto à sustentabilidade desta estratégia de desenvolvimento do território, que criar impactos negativos em zonas de grande sensibilidade ambiental, provocando uma sobrecarga na densidade habitacional, contribuindo ainda mais para o estrangulamento de trânsito e agravando as dificuldades nos estacionamento públicos, optámos pelo voto contra.

Loulé, 26/10/2018

Assembleia Municipal de Loulé
Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

DECLARAÇÃO DE VOTO

Consideramos que:

. A alteração aos Estatutos das Empresas Municipais Inframoura, Infralobo e Infraquinta, aqui apresentadas pelo Executivo Municipal desvirtua o princípio básico que esteve na origem da constituição destas empresas.

. Que com as alterações introduzidas permitirá às EMs a realização de actividades fora da sua área de intervenção para o qual foram criadas, tornando-as até, que sejam concorrentes directas entre si e que a sua entrada no mercado do sector, pouco claro nos procedimentos de concorrência e de igualdade de tratamento com outros agentes económicos

. Que nas propostas, não estão explícitas de forma transparente e justificada, assim como, a pressa exigida na sua aprovação, quando não estão definidos os critérios, de como se contrata e como se paga esses serviços pelo Município ou por terceiros às referidas EMs.

Seria mais interessante, proceder a uma análise aprofundada destas EMs, resolver os problemas da nova denominação da empresa, da aquisição da parte do capital ao parceiro privado, para então sim, uma eventual fusão das empresas (ou de empresas) e a definição das futuras zonas de intervenção alteração.

Pelos motivos atrás expostos, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda vota contra as propostas camarárias, nºs 1736/2018, 1737/2018 e 1738/2018.

Loulé 26/10/2018

Assembleia Municipal de Loulé

Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

